

Águas de
Matão S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório de revisão dos auditores independentes	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Diretores e Acionistas da

Águas de Matão S.A.

Matão - SP

Revisamos as demonstrações financeiras da Águas de Matão S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações financeiras (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações financeiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de assecuração limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações financeiras não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Matão S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 27 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6


Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Águas de Matão S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2017	2016	Passivos	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	606	1.057	Fornecedores e empreiteiros	9	2.524	2.189
Aplicações financeiras	5	23.305	22.087	Empréstimos e debêntures	10	4.930	4.117
Contas a receber de clientes	6	6.267	5.338	Obrigações trabalhistas e sociais	11	1.011	870
Impostos a recuperar		144	266	Obrigações fiscais		200	214
Outros créditos		100	198	Imposto de renda e contribuição social		68	-
Total do ativo circulante		30.422	28.946	Instrumentos financeiros derivativos	19	895	349
				Outras contas a pagar		123	200
				Total do passivo circulante		9.751	7.939
Contas a receber de clientes	6	2.316	311				
Ativos fiscais diferidos	18	3.690	3.573	Empréstimos e debêntures	10	48.829	50.072
Depósitos Judiciais	12	145	176	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	7.188	1.688
Total do realizável a longo prazo		6.151	4.060	Provisão para contingências	12	272	267
				Instrumentos financeiros derivativos	19	134	3.556
				Outras contas a pagar		554	-
Intangível	7	56.718	53.273	Total do passivo não circulante		56.977	55.583
Total do ativo não circulante		62.869	57.333				
				Patrimônio líquido	13		
				Capital social		37.433	37.433
				Ajuste de avaliação patrimonial		(571)	(2.209)
				Prejuízo acumulado		(10.299)	(12.467)
				Patrimônio líquido		26.563	22.757
				Total do passivo		66.728	63.522
Total do ativo		93.291	86.279	Total do passivo e patrimônio líquido		93.291	86.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	14	41.812	39.514
Custos dos serviços prestados	15	<u>(29.984)</u>	<u>(29.751)</u>
Lucro bruto		<u>11.828</u>	<u>9.763</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais	16	(5.597)	(6.147)
Outras receitas operacionais	18	18	-
Outras despesas operacionais		<u>-</u>	<u>(3)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>6.249</u>	<u>3.613</u>
Receitas financeiras	17	10.013	5.780
Despesas financeiras	17	<u>(14.482)</u>	<u>(12.197)</u>
Resultado financeiro		<u>(4.469)</u>	<u>(6.417)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>1.780</u>	<u>(2.804)</u>
Imposto de renda e contribuição social	18	<u>388</u>	<u>(1.580)</u>
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício		<u><u>2.168</u></u>	<u><u>(4.384)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

		2017	2016
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	Nota	<u>2.168</u>	<u>(4.384)</u>
Outros resultados abrangentes:			
Valor justo de derivativos	19	2.482	(3.347)
IR/CS sobre valor justo de derivativos	19	<u>(844)</u>	<u>1.138</u>
Resultado abrangente total		<u><u>3.806</u></u>	<u><u>(6.593)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Ajuste avaliação patrimonial	(Prejuízos) Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016		<u>14.233</u>	<u>-</u>	<u>(8.083)</u>	<u>6.150</u>
Valor justo de derivativos	19	-	(2.209)	-	(2.209)
Aumento de capital social	13	23.200	-	-	23.200
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.384)</u>	<u>(4.384)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>37.433</u>	<u>(2.209)</u>	<u>(12.467)</u>	<u>22.757</u>
Valor justo de derivativos	19	-	1.638	-	1.638
Lucro líquido do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.168</u>	<u>2.168</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u><u>37.433</u></u>	<u><u>(571)</u></u>	<u><u>(10.299)</u></u>	<u><u>26.563</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos	18	1.780	(2.804)
Ajustes para:			
Amortização	7, 15 e 16	2.156	1.888
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10 e 17	3.223	5.428
Amortização do custo de captação	10	153	269
Variação cambial	10 e 17	778	(200)
Perda com instrumentos financeiros derivativos	17	3.163	2.490
Juros sobre aplicações financeiras	5 e 17	(2.451)	(1.627)
Provisão (Reversão) ajuste a valor presente de clientes	6 e 17	254	(203)
(Reversão) Provisão para contingências	12 e 16	(62)	176
(Reversão) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 e 16	(620)	814
Baixa de títulos do contas a receber	6 e 16	339	990
Provisão de bônus para diretoria	8	554	-
		<u>9.267</u>	<u>7.221</u>
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) / Diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		(2.907)	(2.370)
Impostos a recuperar		205	2
Depósitos Judiciais		31	(58)
Outros créditos		98	152
Aumento / (Diminuição) dos passivos			
Fornecedores e empreiteiros		335	(371)
Obrigações trabalhistas e sociais		141	107
Obrigações fiscais		(14)	(15)
Pagamentos de contingências	12	(120)	(4)
Outras contas a pagar		(77)	(161)
Juros pagos	10	(2.166)	(6.018)
Imposto de renda e contribuição social pagos	18	(168)	-
		<u>4.625</u>	<u>(1.515)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais			
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras		812	(20.670)
Aquisição de intangível		(5.376)	(6.734)
		<u>(4.564)</u>	<u>(27.404)</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Aumento de capital	13	-	14.600
Empréstimos e debêntures captadas	10	-	45.836
Custo na captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	10	-	(641)
Empréstimos e debêntures pagas	10	(2.456)	(35.433)
Instrumentos financeiros derivativos pagos	19	(3.556)	-
Contas correntes líquida partes relacionadas		5.500	5.169
		<u>(512)</u>	<u>29.531</u>
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento			
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(451)</u>	<u>612</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		1.057	445
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	<u>606</u>	<u>1.057</u>
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(451)</u>	<u>612</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Águas de Matão S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, na qualidade de sociedade de propósito específico com sede na cidade de Matão, São Paulo. A Companhia foi constituída em 18 de outubro de 2013 com a denominação de AEFA Participações Ltda. Em 13 de dezembro de 2013, com a mudança do tipo jurídico, a razão social também foi alterada para a atual, iniciando efetivamente suas operações em 14 de fevereiro de 2014, de acordo com o Termo de Ordem de Início e Contrato de Concessão - Concorrência nº 002/2013 - Processo Licitatório nº 77/2013 firmado com a Prefeitura Municipal de Matão - SP, concessão está obtida pela Companhia mediante participação no processo licitatório nº 002/2013.

O objeto do referido contrato de concessão consiste na exploração dos serviços públicos de captação, tratamento, adução e distribuição de água potável, bem como de coleta, transporte, afastamento, interceptação, tratamento e destinação final de esgotos sanitários no âmbito do município de Matão/SP e seus distritos, excetuando os serviços prestados pela Companhia Matonense de Saneamento, CMS, sob o regime de concessão, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado.

O contrato e seus aditivos, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da Concessão em R\$ 75.016. Em 31 de dezembro de 2014, todos os marcos contratuais para atingimento de 100% de abastecimento de água e 100% da coleta e tratamento de esgoto estavam atendidos. A Companhia deve reduzir os índices de perdas em 2019 para 38%, 2024 para 30%, 25% de 2029 até o final da concessão.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 7 - definição de vida útil do ativo intangível;
- Nota explicativa nº 12 - reconhecimento e mensuração de provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa nº 14 - reconhecimento de receita; e
- Nota explicativa nº 18 - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

(i) *Contratos de concessão de serviços*

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) *Serviços de abastecimento de água e esgoto*

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário é reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(iii) *Outros serviços indiretos de água e esgoto*

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger sua exposição ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto do *hedge* afeta o resultado.

Caso (i) a ocorrência da transação prevista não seja esperada, (ii) o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, (iii) o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quando à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

c. Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

d. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados;

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, à qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada;

- Direito de exploração de infraestrutura - veja item “m”.
- Intangível em andamento.

São custos diretamente atribuíveis a construção da infraestrutura que incluem gastos com material, mão de obra direta e juros capitalizados dos empréstimos e debêntures.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h. Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2017 com relação a este assunto.

i. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

j. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas e feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos e auferidos, ganhos com *Swap* e variações cambiais ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos e debêntures, despesas com comissões bancárias, ajuste a valor presente de clientes, variações cambiais passivas e perdas com *Swap*. Custos de dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido tendo como base o prejuízo fiscal, a base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas Leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

m. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

Em consideração à orientação contida nos itens 12 a 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, caso fosse aplicável, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima à zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou prazo da concessão, dos dois o menor.

n. Capitalização dos custos dos empréstimos e debêntures

Os custos dos empréstimos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20(R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planejou adotar estas normas de forma antecipada.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	Refere-se à convergência do IASB (“ <i>International Accounting Standards Board</i> ”), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

Impactos esperados na adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:

A Administração da Companhia realizou uma avaliação e identificou que a aplicação do CPC 48 / IFRS 9 nas demonstrações financeiras nas datas exigidas, de forma geral, não geram efeitos relevantes sobre os saldos reportados. A aplicação da referida norma na Companhia não impacta o critério de mensuração atual.

(i) Classificação de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 traz uma nova abordagem na classificação e mensuração de ativos financeiros, a qual considera tanto o modelo de negócios da entidade para o gerenciamento do ativo financeiro quanto as suas características dos fluxos de caixa contratuais.

A norma classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (CA);
- ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), eliminando as categorias propostas pelo CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Companhia considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de dezembro de 2017, não teriam um impacto na contabilização para 2018, desta forma continuaria como VJR e custo amortizado.

(ii) Classificação de passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 mantém grande parte dos requerimentos do CPC 38 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com o CPC 38, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em outros resultados abrangentes (ORA); e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros para 2018.

(iii) Contabilidade de Hedge

Na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* do CPC 38 em vez dos novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9, sendo este o plano atual da Companhia.

(iv) Redução no valor recuperável (Impairment)

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 pelo de “perdas de crédito esperadas”, o qual se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Sob a nova norma, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: perdas de crédito resultantes de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório. É aplicada se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: perdas de crédito resultantes de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. É aplicada se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A Companhia pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório.

Entretanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. Uma Companhia pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

Dentro da abordagem de perda esperada, dois modelos são propostos, o primeiro, um modelo mais robusto e complexo, probabilístico, denominado modelo de 3 estágios, voltado precipuamente a instituições financeiras, segundo o qual a deterioração creditícia do emissor do ativo vai calibrando o montante das perdas esperadas, promovendo com isso um alisamento de resultado. E outro modelo mais simples, que utiliza expediente práticos para mensurar a perda esperada, por exemplo, especificar taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que a conta a receber de cliente está vencida, a qual optamos conforme permite o CPC 48 / IFRS 9.

Na avaliação da Companhia, que adotou a abordagem simplificada para mensurar a perda esperada, a aplicação dos requerimentos de perda por redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 a serem registrados e divulgados durante o exercício de 2018, resultará, em relação à perda por redução ao valor recuperável reconhecida de acordo com o CPC 38- Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, um acréscimo no patrimônio líquido, na conta de lucros acumulados em torno de R\$ 420 e no contas a receber o acréscimo em torno de R\$ 280, conforme orienta o respectivo normativo.

A Companhia não finalizou o teste de adequação dos seus sistemas e revisão de seus controles internos e as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Impactos esperados na adoção do CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes:

O CPC 47 / IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar quando uma receita deve ser reconhecida e mensurada. O CPC 47 / IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e o CPC 30 Interpretação A - Programas de Fidelidade com o Cliente.

Com base em nossa avaliação, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 / IFRS 15 tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infraestrutura (serviços de construção ou de melhoria) usada para prestar um serviço público podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

A natureza da remuneração paga pelo concedente ao concessionário deve ser determinada de acordo com os termos do contrato, seja por operação e/ou construção. Essa remuneração pode corresponder aos seguintes direitos:

- **Prestação de Serviços**

O concessionário deve reconhecer um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa, porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados e quando ocorre a prestação de mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

- Serviços de construção ou de melhoria

O concessionário deve reconhecer um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa, porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no ativo intangível na medida que ocorre a transferência contínua dos riscos e benefícios significativos, medidos na proporção do estágio de conclusão do contrato e/ou na medida que os custos são incorridos, diretamente relacionados aos respectivos ativos formados.

Impactos esperados na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil:

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial deste. O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Administração da Companhia realizou uma avaliação e identificou que a aplicação da CPC 06 (R2) / IFRS 16 nas demonstrações financeiras nas datas exigidas, de forma geral, não geram efeitos relevantes sobre os saldos reportados.

p. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2017	2016
Caixa	2	5
Bancos conta movimento	604	1.052
	<u>606</u>	<u>1.057</u>

Os saldos de caixa e bancos conta movimento compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	2017	2016
Aplicações pós-fixadas	100% do CDI	junho/2021	2.349	2.136
Fundo de Investimento Safira	97,47% a 127,92% do CDI	Indeterminado	20.956	19.951
			23.305	22.087

As aplicações financeiras pós-fixadas apresentadas no ativo circulante, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada.

As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento, gerido pelo *BTG Pactual Asset Management DTVM S.A.*, correspondem a aplicações em um fundo, não exclusivo, de investimentos multimercado de crédito privado, devidamente registrado junto à CVM. As cotas são resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (“CDB”), Operações Compromissadas, Letras Financeiras, Títulos do Tesouro e outros fundos conforme previsto em sua política de investimentos.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional. Os resgates das aplicações financeiras e suas captações são consideradas na demonstração dos fluxos de caixa na atividade de investimento.

Movimentação das aplicações financeiras:

Saldo de 31 de dezembro de 2016	22.087
Aplicação	17.290
(-) Resgate de principal	(16.524)
(-) Resgate de juros	(1.578)
Incidência de IR	(421)
Juros no exercício	2.451
Saldo de 31 de dezembro de 2017	23.305

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	2017	2016
Faturamento de serviços de água e esgoto	7.832	5.790
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	1.759	1.487
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.008)	(1.628)
	8.583	5.649
Circulante	6.267	5.338
Não circulante	2.316	311

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está assim representado:

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos - 2017			Total 2017
		Até 180 dias	Acima de 180 dias	Total	
Residencial	1.190	1.804	38	1.842	3.032
Comercial	314	431	47	478	792
Industrial	137	181	33	214	351
Setor público	208	20	48	68	276
Subtotal consumidores	1.849	2.436	166	2.602	4.451
Renegociações (i)	3.158	223	-	223	3.381
	5.007	2.659	166	2.825	7.832

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos - 2016			Total 2016
		Até 180 dias	Acima de 180 dias	Total	
Residencial	735	1.520	38	1.558	2.293
Comercial	349	286	47	333	682
Industrial	141	169	-	169	310
Setor público	252	1.068	121	1.189	1.441
Subtotal consumidores	1.477	3.043	206	3.249	4.726
Renegociações (i)	895	169	-	169	1.064
	2.372	3.212	206	3.418	5.790

- (i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2017 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 320 (R\$ 66 em 31 de dezembro de 2016) calculados individualmente para cada fatura, com base na taxa de 4,84% a.a. Em 31 de dezembro de 2017, foram registrados no resultado do exercício o montante de R\$ 254 provisão de ajuste a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos valores vencidos e o montante foi considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes. Segue abaixo detalhamento da provisão para crédito de liquidação duvidosa por classe de consumidor:

	Saldos a vencer	Saldos vencidos - 2017			Total em 2017
		Até 180 dias	Acima de 180 dias	Total	
Residencial	(57)	(132)	(38)	(170)	(227)
Comercial	(31)	(164)	(47)	(211)	(242)
Industrial	(39)	(171)	(33)	(204)	(243)
Setor público	(7)	(14)	(48)	(62)	(69)
Renegociações	(162)	(65)	-	(65)	(227)
	(296)	(546)	(166)	(712)	(1.008)

	Saldos a vencer	Saldos vencidos - 2016			Total em 2016
		Até 180 dias	Acima de 180 dias	Total	
Residencial	(21)	(136)	(38)	(174)	(195)
Comercial	(7)	(61)	(47)	(108)	(115)
Industrial	(33)	(115)	-	(115)	(148)
Setor público	(136)	(824)	(121)	(945)	(1.081)
Renegociações	(55)	(34)	-	(34)	(89)
	(252)	(1.170)	(206)	(1.376)	(1.628)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Natureza	Saldo em 2016	(Adições)/ Reversões	Saldo em 2017
Correntes	(1.539)	758	(781)
Renegociações	(89)	(138)	(227)
	<u>(1.628)</u>	<u>620</u>	<u>(1.008)</u>

Natureza	Saldo em 2015	Adições	(-) Baixa de títulos	Saldo em 2016
Correntes	(1.622)	(732)	815	(1.539)
Renegociações	(7)	(82)	-	(89)
	<u>(1.629)</u>	<u>(814)</u>	<u>815</u>	<u>(1.628)</u>

A Administração da Companhia tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas estão o parcelamento de débitos e a manutenção de um programa de cortes permanente.

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber corrente e parcelado em atraso acima de 180 dias que indicam que os clientes não devem pagar seus saldos pendentes.

A Administração também constitui provisão complementar para contas a receber corrente e renegociações a vencer e vencidos há menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem fatura (s) inserida (s) na provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia trata os títulos a receber vencidos há mais de 180 dias, de valores individuais abaixo de R\$ 5 e os inadimplidos a partir de 08 de outubro de 2014 de valores abaixo de R\$ 15, nos registros contábeis como perda efetiva utilizando o mesmo critério do tratamento fiscal conforme Leis 9.430/96 e 13.097/15, sem prejuízo da manutenção da cobrança dos mesmos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram baixados títulos diretamente no resultado do exercício no montante de R\$ 339.

7 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2017			2016
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	30	3,6%	23.823	(3.176)	20.647	21.441
Instalações técnicas de saneamento	25	4,0%	16.880	(1.189)	15.691	12.260
Edificações de estações de tratamento	de 26 a 30	3,5%	13.742	(1.206)	12.536	12.247
Máquinas e equipamentos	de 05 a 29	3,7%	2.992	(363)	2.629	2.728
Outros componentes	de 04 a 30	4,4%	4.571	(358)	4.213	4.003
			62.008	(6.292)	55.716	52.679
Intangível em andamento						
Intangível em andamento			961	-	961	531
			961	-	961	531
Software						
Licença de uso de <i>software</i>	5	19,2%	117	(76)	41	63
			117	(76)	41	63
			63.086	(6.368)	56.718	53.273

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2016			2015
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	30	3,6%	23.823	(2.382)	21.441	22.236
Instalações técnicas de saneamento	25	4,0%	12.823	(563)	12.260	6.883
Edificações de estações de tratamento	de 27 a 30	3,5%	12.995	(748)	12.247	11.541
Máquinas e equipamentos	de 05 a 29	3,7%	2.969	(241)	2.728	2.847
Outros componentes	de 02 a 30	4,3%	4.227	(224)	4.003	2.766
			56.837	(4.158)	52.679	46.273
Intangível em andamento						
Intangível em andamento			531	-	531	732
Adiantamento a fornecedores			-	-	-	1.205
			531	-	531	1.937
Software						
Licença de uso de <i>software</i>	5	19,2%	117	(54)	63	85
			117	(54)	63	85
			57.485	(4.212)	53.273	48.295

b. Movimentação do custo

Ativo	2016		2017	
	Custo	Adições	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga / Contrato de concessão	23.823	-	-	23.823
Instalações técnicas de saneamento	12.823	-	4.057	16.880
Edificações de estações de tratamento	12.995	-	747	13.742
Máquinas e equipamentos	2.969	-	23	2.992
Outros componentes	4.227	187	157	4.571
	56.837	187	4.984	62.008
Intangível em andamento				
Intangível em andamento	531	5.414	(4.984)	961
	531	5.414	(4.984)	961
Software				
Licença de uso de <i>software</i>	117	-	-	117
	117	-	-	117
	57.485	5.601	-	63.086

Ativo	2015		2016		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	23.824	-	-	(1)	23.823
Instalações técnicas de saneamento	7.015	-	-	5.808	12.823
Edificações de estações de tratamento	11.881	-	-	1.114	12.995
Máquinas e equipamentos	2.969	-	-	-	2.969
Outros componentes	2.876	3	-	1.348	4.227
	48.565	3	-	8.269	56.837
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	732	8.068	-	(8.269)	531
Adiantamento a fornecedores	1.205	-	(1.205)	-	-
	1.937	8.068	(1.205)	(8.269)	531
Software					
Licença de uso de <i>software</i>	117	-	-	-	117
	117	-	-	-	117
	50.619	8.071	(1.205)	-	57.485

c. Movimentação da amortização

Ativo	2016	2017	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga / Contrato de concessão	(2.382)	(794)	(3.176)
Instalações técnicas de saneamento	(563)	(626)	(1.189)
Edificações de estações de tratamento	(748)	(458)	(1.206)
Máquinas e equipamentos	(241)	(122)	(363)
Outros componentes	(224)	(134)	(358)
	(4.158)	(2.134)	(6.292)
Software			
Licença de uso de <i>software</i>	(54)	(22)	(76)
	(54)	(22)	(76)
	(4.212)	(2.156)	(6.368)
Ativo	2015	2016	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga / Contrato de concessão	(1.588)	(794)	(2.382)
Instalações técnicas de saneamento	(132)	(431)	(563)
Edificações de estações de tratamento	(340)	(408)	(748)
Máquinas e equipamentos	(122)	(119)	(241)
Outros componentes	(110)	(114)	(224)
	(2.292)	(1.866)	(4.158)
Software			
Licença de uso de <i>software</i>	(32)	(22)	(54)
	(32)	(22)	(54)
	(2.324)	(1.888)	(4.212)

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil, dos dois o menor.

Os juros capitalizados sobre empréstimos na rubrica de intangível em andamento totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 38 e uma taxa média de 6,14% a.a. (R\$ 132 e uma taxa média de 13,03%, a.a. em 2016), e estão sendo considerados dentro das adições do “Intangível em andamento”, no demonstrativo acima.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida, bem como efetuar provisão de perda de valor recuperável de bens com vida útil indefinida em 31 de dezembro de 2017.

8 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2017 a remuneração do pessoal chave da Administração, que contempla a Diretoria, totalizou R\$ 1.248 (R\$ 959 em 31 de dezembro de 2016) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

Em Reunião de Diretoria realizada em 15 de dezembro de 2017, foi aprovado a constituição de provisão para pagamento adicional de prêmio extraordinário aos diretores no montante de R\$ 554 a ser realizado a partir de 2019, relativo à performance da Companhia auferida nos últimos exercícios sociais, reconhecido na rubrica outras contas a pagar não circulante.

A Companhia não possui outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participação e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	2017	2016
Ativo circulante		
Outros créditos		
Águas do Mirante S.A. (a)	47	118
	<u>47</u>	<u>118</u>
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo intangível no exercício		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (a)	855	1.325
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	-	13
	<u>855</u>	<u>1.338</u>
	<u>902</u>	<u>1.456</u>

	2017	2016
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 9)		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (a)	184	328
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	142	135
GSS - Gestão de Sistema de Saneamento Ltda. (a)	13	12
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	53	52
	392	527
Passivo não circulante		
Contas correntes a pagar partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (c)	7.188	1.688
	7.188	1.688
Debêntures privadas (nota explicativa nº10)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (d)	11.146	9.974
	11.146	9.974
	18.726	12.189
	2017	2016
Resultado do exercício		
Custos dos serviços prestados		
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	419	274
	419	274
Despesas de vendas, administrativas e gerais		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	1.883	1.564
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	157	157
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	147	115
	2.187	1.836
	2.606	2.110

- (a) Refere-se a contratação de serviços associados à obras de ampliação de rede de distribuição de água e rede de tratamento de esgoto prestado pela Aegea Engenharia e Comércio Ltda., serviços de implementação e manutenção software prestado pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda., serviços de locação de veículos prestado pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. e a repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (b) A natureza dos valores resume-se ao repasse de gastos com prestação de serviços de contabilidade; fiscal/auditoria fiscal; financeiro; recursos humanos; jurídico; auditoria interna; planejamento controle e gestão; e tecnologia da informação, prestados pelo centro de serviços compartilhados ("CAA" - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Barbara D'Oeste, no Estado de São Paulo.
- (c) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no passivo não circulante e referem-se a movimentações financeiras para suprimento de caixa, sem remuneração específica e sem prazo de vencimento.
- (d) Os saldos mantidos no passivo não circulante referem-se a emissão de debêntures privadas emitidas pela Companhia com prazo de vencimento em agosto de 2027 conforme nota explicativa nº 10.

9 Fornecedores e empreiteiros

	2017	2016
Fornecedores de materiais e serviços	2.132	1.662
Fornecedores partes relacionadas (veja nota explicativa nº 8)	392	527
	2.524	2.189

10 Empréstimos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Valor captado	2017	2016
Debêntures privadas	CDI + 1,65% a.a.	agosto/2027	7.500	7.500	11.146	9.974
<i>Loan</i>	Libor + 3,25% a.a.	dezembro/2026	45.836	45.836	42.613	44.215
					<u>53.759</u>	<u>54.189</u>
Circulante					4.930	4.117
Não circulante					48.829	50.072

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - empréstimos

	2017	2016
2018	-	4.605
2019	4.860	4.605
2020	4.860	4.605
2021	4.860	4.605
2022	4.860	4.605
2023 em diante	19.440	18.422
	<u>38.880</u>	<u>41.447</u>

Cronograma de amortização da dívida - debêntures

	2017	2016
2023 em diante	11.146	9.974
Total	<u>11.146</u>	<u>9.974</u>

	2017	2016
Custo de captação (não circulante)	(1.197)	(1.349)
Total	<u>48.829</u>	<u>50.072</u>

Movimentação das dívidas

Saldo de 31 de dezembro de 2016	54.189
(-) Pagamentos do principal	(2.456)
(-) Pagamentos de juros	(2.166)
Provisão de juros	3.223
Juros capitalizados no intangível	38
Variação cambial	778
Amortização de custo de captação do exercício	153
Saldo de 31 de dezembro de 2017	53.759

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não incorreu em custos de captação (R\$ 640 no exercício de 31 de dezembro de 2016). O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2017 totaliza o montante R\$ 1.346 (R\$ 1.500 em 31 de dezembro de 2016) os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em 03 de outubro de 2014, mediante a 1ª emissão, a Companhia emitiu 7.500 (sete mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa, sem a emissão de certificados, com valor unitário de um real cada, e será realizada em até 6 séries, com valor nominal total de R\$ 7.500, tendo o prazo de vencimento em 03 de agosto de 2027.

Em 22 de dezembro de 2014, a Companhia contratou uma linha de crédito com a *Societe de Promotion Et De Participation Pour La Cooperation Economique S.A. (PROPARCO)* no valor de US\$ 14.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2026, carência até 15 de dezembro de 2017 e amortização de principal em 19 parcelas iguais.

A Companhia concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são:

- Garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A.;
- Penhor de conta corrente onde obrigatoriamente transitam 100% dos recebíveis da Companhia;
- Penhor de 100% das ações da Companhia detidas pela Aegea Saneamento e Participações S.A.; e
- 19 notas promissórias emitidas pela Companhia, cada uma para uma parte de 1/19 do valor correspondentes à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo.

Em 29 de julho de 2016, ocorreu o desembolso no valor total de R\$ 45.836 (US\$ 14.000 no valor original), convertido pela taxa R\$ 3,274.

Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, a Companhia contratou junto ao Banco Santander instrumento derivativo de *Cross Currency Swap*, sendo seu custo final de CDI + 2,70% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.

A Companhia mantém em seus empréstimos e debêntures garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos e debêntures estão integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2017.

11 Obrigações trabalhistas e sociais

	2017	2016
Salários e ordenados	10	60
Participação nos lucros	658	490
Provisão de férias	180	172
Encargos sociais	163	148
	<u>1.011</u>	<u>870</u>

12 Depósitos judiciais e provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis e trabalhistas e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso e depósitos judiciais, como se segue:

Natureza	Contingências		Depósitos judiciais	
	2017	2016	2017	2016
Cíveis	239	229	145	176
Trabalhistas	33	38	-	-
	<u>272</u>	<u>267</u>	<u>145</u>	<u>176</u>

Movimentação da provisão para contingências

Natureza	2016	Adições/ (Reversões)	Indenizações para desapropriação (i)	Pagamentos	2017
Trabalhista	38	3	-	(8)	33
	<u>267</u>	<u>(62)</u>	<u>187</u>	<u>(120)</u>	<u>272</u>

Natureza	2015	Adições	Pagamentos	2016
Cível	90	143	(4)	229
Trabalhista	5	33	-	38
	<u>95</u>	<u>176</u>	<u>(4)</u>	<u>267</u>

- (i) Em março/2017 foi registrado em outros componentes a contingência referente a ação de servidão administrativa/desapropriação para construção de estações de tratamento, no valor de R\$ 187.

a. Processos cíveis

Os processos cíveis correspondem principalmente as causas envolvendo pleitos de clientes acerca de cortes indevidos, retorno de esgoto, em 31 de dezembro de 2017, totalizam R\$ 273 (R\$ 230 em 31 de dezembro de 2016), que foram avaliadas como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

b. Processos trabalhistas

A Companhia possui processos que correspondem a reclamações trabalhistas referente à cobrança de horas extras, descanso semanal remunerado e adicional noturno, em 31 de dezembro de 2017 totalizam R\$ 367 (R\$ 56 em 31 de dezembro de 2016), que foram avaliados como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social integralizado é de R\$ 37.433 (R\$ 37.433 em 31 de dezembro de 2016) e está representado por 37.432.671 ações ordinárias (37.432.671 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2016), nominativas e sem valor nominal, assim representadas:

	2017	2016
Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%	99,99%
Aegea Engenharia e Comércio Ltda.	0,01%	0,01%
Total	100,00%	100,00%

Em 30 de junho de 2016, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. e acionista Aegea Engenharia e Comércio Ltda., subscreveram e integralizaram capital social na Companhia no valor de R\$ 23.200, sendo que R\$ 8.600 foi mediante a capitalização de crédito de contas correntes que a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. detinha com a Companhia, e R\$ 14.600 em moeda corrente, totalizando um capital social de R\$ 37.433.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Outro resultado abrangente: Refere-se à variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos, bem como os respectivos efeitos tributários.

c. Prejuízos acumulados

É constituído por prejuízos acumulados de exercícios anteriores e será compensado pelos lucros futuros.

14 Receita operacional líquida

	2017	2016
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	18.476	15.914
Outros serviços indiretos de água	1.083	1.035
Serviços de esgoto	20.928	17.950
Outros serviços indiretos de esgoto	17	14
Receitas de construção	5.414	8.068
Total receita bruta	45.918	42.981
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(396)	(262)
(-) Impostos sobre serviços	(3.710)	(3.205)
Total da receita operacional líquida	41.812	39.514

15 Custos dos serviços prestados por natureza

	2017	2016
Pessoal	(1.339)	(1.361)
Conservação e manutenção	(401)	(280)
Serviços de terceiros	(833)	(490)
Materiais, equipamentos e veículos	(334)	(286)
Amortização	(2.056)	(1.839)
Créditos de PIS e COFINS	443	103
Custo da concessão	(484)	(184)
Custo de serviço de tratamento de esgoto	(14.419)	(12.282)
Custo de construção	(5.414)	(8.068)
Energia elétrica	(4.056)	(4.280)
Produtos químicos	(140)	(164)
Locação	(641)	(494)
Outros	(310)	(126)
	<u>(29.984)</u>	<u>(29.751)</u>

16 Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza

	2017	2016
Pessoal	(1.870)	(869)
Conservação e manutenção	(81)	(93)
Serviços de terceiros	(2.537)	(2.053)
Materiais, equipamentos e veículos	(170)	(123)
Amortização	(100)	(49)
Energia elétrica	(29)	(26)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	620	(814)
Baixa de títulos do contas a receber	(339)	(990)
Seguros	(17)	(52)
Viagens e estadias	(29)	(9)
Reversão (Provisão) para contingências	62	(176)
Impostos, taxas e contribuições	(59)	(83)
Locação	(266)	(240)
Publicidade e propaganda	(560)	(351)
Outras	(222)	(219)
	<u>(5.597)</u>	<u>(6.147)</u>

17 Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	2.451	1.627
Juros e multa recebidos ou auferidos	981	776
Variações cambiais ativas	5.760	3.377
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 19)	389	-
Outras receitas financeiras	432	-
Receitas financeiras	<u>10.013</u>	<u>5.780</u>
Despesas		
Encargos e variação monetária sobre empréstimos e debêntures	(3.223)	(5.428)
Juros sobre atraso em pagamentos	(36)	(472)
Despesas e comissões bancárias	(370)	(346)
(Provisão) Reversão de ajuste a valor presente de clientes	(254)	203
Perda com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 19)	(3.552)	(2.490)
Variações cambiais passivas	(6.538)	(3.177)
Impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS)	(160)	(112)
Outras despesas financeiras	(349)	(375)
Despesas financeiras	<u>(14.482)</u>	<u>(12.197)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(4.469)</u>	<u>(6.417)</u>

18 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, está apresentada como segue:

	2017	2016
Lucro e prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	1.780	(2.804)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>(605)</u>	<u>953</u>
Despesas indedutíveis	(320)	(103)
Inovação tecnológica	222	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social reconhecido no exercício referente a anos anteriores	1.080	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido (i)	-	(2.430)
PAT e outros incentivos fiscais	11	-
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(573)	-
Diferido	961	(1.580)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>388</u>	<u>(1.580)</u>
Alíquota efetiva	<u>(22%)</u>	<u>(56%)</u>

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	2017
Total do imposto de renda e contribuição social apurados	388
Itens que não afetam o caixa (ver composição a seguir)	(556)
Total do IR/CS pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(168)

Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:

Constituição de imposto de renda e contribuição social diferido	(961)
Compensações referente a saldo negativo IR/CS e retenções na fonte	337
Imposto de renda e contribuição social a pagar	68
	(556)

- (i) Ativo fiscal diferido não reconhecido a medida em que não é provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

b. Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2016	Resultado	Patrimônio Líquido	2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	553	(210)	-	343
Provisão para participação nos lucros	214	10	-	224
Provisão para contingências	91	(62)	-	29
Ajuste a valor presente de clientes	22	87	-	109
Instrumento financeiro derivativo	1.138	-	(844)	294
Variação Cambial	-	153	-	153
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	2.319	866	-	3.185
Ativo fiscal diferido	4.337	844	(844)	4.337
Capitalização de juros	(183)	(6)	-	(189)
Custo de transação	(510)	52	-	(458)
Variação cambial	(71)	71	-	-
Passivo fiscal diferido	(764)	117	-	(647)
Ativo fiscal diferido líquido	3.573	961	(844)	3.690

c. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação ao seguinte item:

Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	2017 1.350	2016 2.430
	1.350	2.430

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilizar tais benefícios.

19 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxa de juros; e
- Riscos de taxas de câmbio.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$ 1.008, representando aproximadamente 10,51% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2016, está provisão era de R\$ 1.628, representando aproximadamente 22,37 % do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	606	1.057
Aplicações financeiras	23.305	22.087
Contas a receber de clientes	8.583	5.649
	<u>32.494</u>	<u>28.793</u>

Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea Saneamento, no exercício atual a Companhia não forneceu nenhuma garantia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

Os quadros a seguir demonstram os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

2017							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	2.524	2.524	2.524	-	-	-	-
Empréstimos e debêntures	53.759	89.421	7.037	6.680	6.593	6.394	62.717
Contas correntes a pagar partes relacionadas	7.188	7.188	-	-	-	-	7.188
Instrumentos financeiros derivativos	1.029	30.571	6.703	5.684	4.766	3.882	9.536
Outras contas a pagar	677	677	123	554	-	-	-
Total	<u>65.177</u>	<u>130.381</u>	<u>16.387</u>	<u>12.918</u>	<u>11.359</u>	<u>10.276</u>	<u>79.441</u>
2016							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	2.189	2.189	2.189	-	-	-	-
Empréstimos e debêntures	54.189	97.536	5.071	6.862	6.772	6.614	72.217
Contas correntes a pagar partes relacionadas	1.688	1.688	-	-	-	-	1.688
Instrumentos financeiros derivativos	3.905	39.254	9.680	6.925	5.619	4.559	12.471
Outras contas a pagar	200	200	200	-	-	-	-
Total	<u>62.171</u>	<u>140.867</u>	<u>17.140</u>	<u>13.787</u>	<u>12.391</u>	<u>11.173</u>	<u>86.376</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil	
	2017	2016
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	23.305	22.087
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos e debêntures	53.759	54.189
Instrumentos financeiros derivativos	1.029	3.905
	54.788	58.094

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2017	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	23.305	Variação do CDI	6,89%	1.606	2.008	2.409	1.205	803
2 - Passivos financeiros								
Debêntures	(11.146)	Variação do CDI	6,89%	(768)	(960)	(1.152)	(576)	(384)
1+2 Exposição líquida				838	1.048	1.257	629	419

Risco de taxas de câmbio

Os riscos de taxas de câmbio decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para contratação de instrumentos financeiros. Para mitigar os riscos de variação cambial, os instrumentos financeiros da Companhia em moeda estrangeira estão cobertos com a contratação de operações de *hedge* através de instrumentos financeiros derivativos do tipo “*swap*”.

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia, conforme fornecido aos acionistas baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

Risco Cambial	Exposição	Unidade	Taxa de câmbio em 31/12/2017	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Instrumentos derivativos								
Empréstimos e debêntures	(12.882)	USD	R\$ 3,3080	(778)	(973)	(1.167)	(584)	(389)
<i>Swap</i> - Ponta ativa (i)	13.263	USD	R\$ 3,3080	(1.029)	(1.286)	(1.544)	(772)	(515)
Exposição líquida	381			(1.807)	(2.259)	(2.711)	(1.356)	(904)

(i) Essa exposição refere-se ao efeito no resultado e no patrimônio líquido da operação de *hedge*.

Gerenciamento do capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2017
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	606	-	606
Aplicações financeiras	5	23.305	-	-	23.305
Contas a receber de clientes	6	-	8.583	-	8.583
Total		<u>23.305</u>	<u>9.189</u>	<u>-</u>	<u>32.494</u>
Passivos					
Empréstimos e debêntures	10	-	-	53.759	53.759
Fornecedores e empreiteiros	9	-	-	2.524	2.524
Instrumentos financeiros derivativos (i)		1.029	-	-	1.029
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	-	-	7.188	7.188
Outras contas a pagar		-	-	677	677
Total		<u>1.029</u>	<u>-</u>	<u>64.148</u>	<u>65.177</u>
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2016
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	1.057	-	1.057
Aplicações financeiras	5	22.087	-	-	22.087
Contas a receber de clientes	6	-	5.649	-	5.649
Total		<u>22.087</u>	<u>6.706</u>	<u>-</u>	<u>28.793</u>
Passivos					
Empréstimos e debêntures	10	-	-	54.189	54.189
Fornecedores e empreiteiros	9	-	-	2.189	2.189
Instrumentos financeiros derivativos (i)		3.905	-	-	3.905
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	-	-	1.688	1.688
Outras contas a pagar		-	-	200	200
Total		<u>3.905</u>	<u>-</u>	<u>58.266</u>	<u>62.171</u>

- (i) Os instrumentos financeiros derivativos estão atrelados ao *hedge* de fluxo de caixa e por consequência os efeitos de valor justo são registrados temporariamente no patrimônio líquido.

Hedge Accounting

Instrumentos financeiros derivativos

Os acionistas aprovaram em assembleia, a contratação de contrato de *swap*, com o objetivo de trocar a variação cambial do dólar norte americano por CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia mantém os instrumentos financeiros derivativos de *swap* para a cobertura de risco de taxas, conforme demonstrado:

<u>Derivativo</u>	<u>Nocional</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Mercado</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<i>Swap</i>	USD 13.263	USD + 4,89% a.a.	CDI + 2,70% a.a.	CETIP	15/dez/26	1.029	3.905
Circulante						895	349
Não circulante						134	3.556

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi pago o montante de R\$ 3.556.

A Companhia possui como política avaliar a necessidade de adoção de *Hedge Accounting* para as operações utilizadas em sua gestão de riscos financeiros. Sendo assim, com base no CPC 38 a Companhia designou a operação apresentada abaixo para *hedge accounting* de fluxo de caixa, sendo que os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, e o valor de *accrual* no resultado conforme demonstrado abaixo:

	<u>Patrimônio Líquido</u> <u>2016</u>	<u>Variação</u>	<u>Patrimônio Líquido</u> <u>2017</u>
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:			
Riscos de moeda	(3.347)	2.482	(865)
IR/CS diferidos sobre perdas	1.138	(844)	294
Perdas líquidas reconhecidas em outros resultados abrangentes	(2.209)	1.638	(571)
	<u>Resultado</u> <u>2016</u>		<u>Resultado</u> <u>2017</u>
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:			
Perdas reconhecidas no resultado do exercício (nota explicativa nº 17)	(2.490)		(3.163)

Valor justo

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

Abaixo está apresentada a análise de sensibilidade sobre a variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia. O cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e IV correspondem a uma alteração de 25% nas taxas, e os cenários III e V correspondem a uma alteração de 50% nas taxas, conforme tabela a seguir:

Risco da taxa de juros sobre passivos financeiros derivativos

Instrumento	Exposição	Risco Variação do CDI	Taxa de juros efetiva a.a. 2017	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
<i>Swap</i>	43.423		6,89%	2.992	3.740	4.488	2.244	1.496

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas

não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos e debêntures em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é demonstrado abaixo:

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Debêntures	11.146	13.071	9.974	11.892
Loan	43.959	49.110	45.714	47.738
	55.105	62.181	55.688	59.630

Os valores justos de empréstimos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e *Bloomberg*) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Apuração do valor justo

- **Nível 2** - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo. A divulgação do valor justo dos empréstimos e das debêntures são classificadas no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

20 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui compromisso mensal referente à taxa de regulação que corresponde a 1% da arrecadação mensal .

21 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais Leis e regulamentos em vigor.

* * *

Contador

Jackson Luis da Silva Santos
Contador - CRC n° PR-034233/O-7